

Boletim do Núcleo de Agronegócio - Ano II nº **013 20/04/2009** - Fone: 3340 3081

Cotação de Preços (20/04/09)	Recortes
<p>GRÃOS (Preço líquido pago ao produtor)</p> <p>Feijão Carioca¹ - R\$ 60,00 - 70,00 / sc de 60 kg</p> <p>Milho² - R\$ 18,00 / sc de 60 kg</p> <p>Soja² - R\$ 43,00 / sc de 60 kg</p> <p>HORTALIÇAS³ (Preço líquido pago ao produtor)</p> <p>Alface - R\$ 12,00 / cx de 7 kg</p> <p>Beterraba - R\$ 18,00 / cx 20 kg</p> <p>Cenoura - R\$ 25,00 / cx 20 kg</p> <p>Chuchu - R\$ 9,00 / cx 20 kg</p> <p>Couve Manteiga - R\$ 0,70 / (maço 500 g)</p> <p>Couve Flor - R\$ 18,00 / Dz</p> <p>Mandioca - R\$ 9,00 / cx 20 kg</p> <p>Morango - R\$ xxxx / caixa (04 cumbucas de 350 g)</p> <p>Pimentão - Campo R\$ 13,00; Estufa R\$ 15,00 / cx 12 kg</p> <p>Quiabo - R\$ 22,00 / cx 12 a 14 kg</p> <p>Repolho - R\$ 12,00 / sc 20 kg</p> <p>Tomate - R\$ 20,00 / cx 20 kg</p> <p>FRUTICULTURA³ (Preço líquido pago ao produtor)</p> <p>Goiaba - R\$ 25,00 / cx 20 kg</p> <p>Maracujá - R\$ 1,80 / kg</p> <p>Tangerina Ponkan - R\$ xxxx / cx 20 kg</p> <p>Limão - R\$ 10,00 / cx 20 kg</p> <p>PECUÁRIA</p> <p>Bovino</p> <p>Arroba⁴ - R\$ 72,00 Não Rastreado e R\$ xxxx Rastreado</p> <p>Bezerro 8 a 12 meses (nelore ou anelrados)⁵</p> <p>- R\$ 600,00</p> <p>Leite</p> <p>Litro⁶ - Latão: R\$ --- ; Tanque: R\$ 0,63</p> <p>Suíno⁷ - Vivo</p> <p>Kg - R\$ 2,50</p> <p>Aves⁷ - Frango Vivo</p> <p>Kg - R\$ 1,69</p> <p>-- Galinha Caipira⁸</p> <p>Unidade (± 1,7 Kg) - R\$ 22,00</p> <p>Carneiro⁹</p> <p>Kg - R\$ 3,50 (Borrego) - carcaça R\$ 7,00; R\$ 2,50 ovelha e carneiro para descarte - carcaça R\$ 5,80</p> <p>Peixe¹⁰ (Tilápia) (Preço líquido pago ao produtor)</p> <p>Kg - R\$ 3,00</p> <p>Avestruz¹¹ - vivo</p> <p>Kg - R\$ 2,50 a 3,00</p>	<p>Sacrifício de matrizes eleva em 15% custo do leite à indústria</p> <p>Desde o fim de março os laticínios de Goiás e Minas Gerais pagam entre 10% e 15% mais pelo litro de leite recebido do produtor via cooperativa. Em algumas regiões, o preço chegou a R\$ 0,75. Com o reajuste, a cotação da bebida no mercado interno voltou ao patamar de preços praticados no mesmo período de 2008. De acordo com levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), em fevereiro deste ano, tanto o produtor mineiro quanto o goiano receberam menos de R\$ 0,60 pelo produto.</p> <p>Fonte: Gazeta Mercantil</p> <p>Polinização com abelhas ganha força</p> <p>A busca por maior produtividade deverá ampliar no Brasil as pesquisas para a prática de polinização profissional das culturas com abelhas. A técnica já é largamente utilizada em países que são grandes produtores de grãos, como Austrália e Estados Unidos, onde o mel é apenas o subproduto da atividade profissional de polinização. Nos EUA, especialistas estimam que o número de colônias alugadas ultrapassem 2,5 milhões, a maior parte utilizada pela fruticultura. No Brasil, no entanto, ainda está em fase de avaliação e já começa a ganhar espaço principalmente entre produtores de frutas e algumas oleaginosas. O ganho, conforme estudos preliminares, pode variar de 10% até 56% conforme o adensamento da lavoura, quantidade de colmeias utilizadas e cultura polinizada.</p> <p>"A polinização é muito importante para as plantas. No caso da soja, ajuda a aumentar a produtividade. Mas os ganhos com o girassol são fantásticos", avalia Glauber Silveira, presidente da Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso (Aprosoja).</p> <p>Fonte: Gazeta Mercantil</p> <p>Plano safra terá R\$ 100 bilhões</p> <p>O governo federal deverá liberar cerca de R\$ 100 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário 2009/10. O montante é 28% maior do que o volume liberado no ano passado, que chegou a R\$ 78 bilhões. O projeto final deverá ser apresentado até o início de junho e ainda está em fase inicial de elaboração. A exemplo dos anos anteriores, os recursos serão destinados ao custeio e ao financiamento da safra.</p> <p>Fonte: folha de Londrina</p>

Cooperativas sugerem alternativas para crédito

Em proposta encaminhada ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo e ao Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), está solicitando ao governo a liberação das garantias de empréstimos antigos, proporcionalmente ao já pago pelos produtores rurais, para a contratação de novos financiamentos. No documento, a Ocepar pede também a liberação de créditos tributários e a possibilidade de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) trabalhar com títulos recebíveis e estoque de produtos como garantia de empréstimos. Para a Ocepar, somente no caso de créditos tributários o setor tem a receber em torno de R\$ 3 bilhões.

Segundo o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, na realização das operações de alongamento dos passivos foi exigido dos produtores rurais e cooperativas garantias de bens de seus ativos fixos para contratação das operações de refinanciamento. A securitização foi realizada dentro do que prevê a Lei nº 9.138/95, o Recoop pela MP nº 2.168/40-2001 e o Pesa pela Resolução 2.471/98, do Banco Central. "As amortizações destes débitos vem sendo realizadas regularmente, no caso da securitização há 13 anos, do Pesa, 10 anos e do Recoop, 8 anos, conforme determinam os contratos. Porém, não tem havido baixa das garantias oferecidas na medida que os débitos estão sendo amortizados", explica ele.

"Essa situação é crítica pois 100% dos bens oferecidos em garantia continuam penhorados, com o agravante de que, na maioria das vezes, a exigência dos agentes financeiros foi na proporção de 2 para 1, comprometendo praticamente todos os bens dos mutuários. A realização de novas operações de crédito ficou comprometida, em vista de que os mesmos não dispõem de outros bens para oferecer em garantia".

A proposta, encaminhada pela Ocepar, neste caso, é de o governo permitir a utilização, em segundo grau, das garantias dadas ao PESA, Securitização e Recoop em novos financiamentos de capital de giro, a exemplo do Prodecoop Giro, possibilitando a liberação das garantias proporcionalmente ao valor pago do contratado.

Com referência aos créditos tributários, Koslovski informou que somente as cooperativas do Paraná possuem valores a receber de cerca de R\$ 835 milhões referentes a PIS/Cofins, IPI, IRPJ, IRRF, CSLL e INSS e que esse montante chega a R\$ 3 bilhões em nível nacional, de difícil restituição devido à morosidade no processo da União na análise nos pedidos dos contribuintes. A Ocepar deseja a cessão dos valores dos créditos tributários para que eles possam ser dados em garantia de novos empréstimos no âmbito do BNDES, especialmente Prodecoop Giro. Isso permitiria que sejam revertidos em capital de giro para aquisição de imobilizado para modernização do parque fabril e fomento da produção.

Estoques em garantia

Já no caso de títulos recebíveis e estoques de produtos, a Ocepar explicou que na etapa da comercialização de produtos as cooperativas emitem títulos que são colocados na rede bancária para cobrança. Geralmente esses títulos são descontados pelo agente financeiro, o qual os mantém em sua carteira como garantia. Da mesma forma, a comercialização para o mercado externo é lastreada por um contrato de venda, onde são estipuladas as condições e os prazos de embarque e recebimento.

Esses contratos também são utilizados como garantia de crédito. Com relação aos produtos estocados, eles são utilizados como garantia nas operações de crédito, especialmente em operações de garantia de preços mínimos (EGF, Contrato de Opção), ficando a cooperativa como fiel depositária. O que as cooperativas desejam, neste particular, é que o BNDES aceite os títulos recebíveis e contratos de venda como garantia nas operações de crédito, em especial, Prodecoop Giro, de forma rotativa, ou seja: a medida que os mesmos são cobrados, a cooperativa os substitui por novos títulos e a cessão em garantia de produtos estocados, ficando a cooperativa como fiel depositária e responsável pela manutenção da qualidade.

Fonte: Gazeta Mercantil